

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”)	
– PROF. FREDERICK SCHAUER	7
PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”)	
– PROF. CLAUS-WILHELM CANARIS	9
PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU	13
<i>NOTA À 13ª EDIÇÃO</i>	<i>15</i>
<i>NOTA À 12ª EDIÇÃO</i>	<i>15</i>
<i>NOTA À 11ª EDIÇÃO</i>	<i>16</i>
<i>NOTA À 10ª EDIÇÃO</i>	<i>16</i>
<i>NOTA À 9ª EDIÇÃO</i>	<i>17</i>
<i>NOTA À 8ª EDIÇÃO</i>	<i>17</i>
<i>NOTA À 7ª EDIÇÃO</i>	<i>17</i>
<i>NOTA À 6ª EDIÇÃO</i>	<i>18</i>
<i>NOTA À 5ª EDIÇÃO</i>	<i>18</i>
<i>NOTA À 4ª EDIÇÃO</i>	<i>19</i>
<i>NOTA À 3ª EDIÇÃO</i>	<i>19</i>
<i>NOTA À 2ª EDIÇÃO</i>	<i>20</i>
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	27
2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS	
2.1 Distinções preliminares	
2.1.1 <i>Texto e norma</i>	33
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução</i>	34
2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e re-	
gras	38
2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras	

2.3.1	<i>Critério do “caráter hipotético-condicional”</i>	
2.3.1.1	Conteúdo	43
2.3.1.2	Análise crítica	44
2.3.2	<i>Critério do “modo final de aplicação”</i>	
2.3.2.1	Conteúdo	48
2.3.2.2	Análise crítica	49
2.3.3	<i>Critério do “conflito normativo”</i>	
2.3.3.1	Conteúdo	56
2.3.3.2	Análise crítica	57
2.4	<i>Proposta de dissociação entre princípios e regras</i>	
2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
2.4.1.1	Dissociação justificante	70
2.4.1.2	Dissociação abstrata	71
2.4.1.3	Dissociação heurística	74
2.4.1.4	Dissociação em alternativas inclusivas	75
2.4.2	<i>Crterios de dissociação</i>	
2.4.2.1	Crterio da natureza do comportamento prescrito	78
2.4.2.2	Crterio da natureza da justificao exigida	80
2.4.2.3	Crterio da medida de contribuio para a deciso	83
2.4.2.4	Quadro esquemático	85
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i>	85
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinoo fraca entre regras e princípios</i>	91
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinoo forte entre regras e princípios</i>	93
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i>	98
2.4.6.1	Especificao dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realizao	99
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realizao	99
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituio de grupos de casos que girem em torno da soluo de um mesmo problema central	100
2.4.6.4	Verificao da existncia de critérios capazes de possibilitar a delimitao de quais são os	

	bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização ..	100
2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise	101
2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i>	101
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	
2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i>	104
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i>	104
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i>	105
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i>	106
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	Eficácia seletiva	107
2.4.8.2.2.2	Eficácia argumentativa	108
2.4.8.2.2.2.1	<i>Direta</i>	109
2.4.8.2.2.2.2	<i>Indireta</i>	109
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i>	110
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i>	110
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i>	110
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i>	116
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i>	116
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i>	117
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i>	120
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	<i>Introdução</i>	122
2.4.9.3.2.2	<i>Requisitos materiais</i>	123
2.4.9.3.2.3	<i>Requisitos procedimentais</i> ..	127
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i>	128
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i>	130

3. NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS	
3.1 Introdução	142
3.2 Postulados hermenêuticos	
3.2.1 Considerações gerais	144
3.2.2 Postulado da Coerência	
3.2.2.1 Da hierarquia à coerência	145
3.2.2.2 Coerência substancial	
3.2.2.2.1 Fundamentação por suporte	151
3.2.2.2.2 Fundamentação por justificação recíproca	153
3.3 Postulados normativos aplicativos	154
3.4 Análise do uso inconsistente de normas e metanormas	158
3.4.1 Consequências	159
3.5 Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos	160
3.5.1 Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo	160
3.5.2 Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si	161
3.5.3 Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação	161
3.5.4 Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele	162
3.6 Espécies de postulados	
3.6.1 Considerações gerais	163
3.6.2 Postulados inespecíficos	
3.6.2.1 Ponderação	164
3.6.2.2 Concordância prática	166
3.6.2.3 Proibição de excesso	167
3.6.3 Postulados específicos	
3.6.3.1 Igualdade	171
3.6.3.2 Razoabilidade	
3.6.3.2.1 Generalidades	173
3.6.3.2.2 Tipologia	
3.6.3.2.2.1 Razoabilidade como equidade	174

3.6.3.2.2.2	Razoabilidade como congruência	177
3.6.3.2.2.3	Razoabilidade como equivalência	179
3.6.3.2.2.4	Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade	180
3.6.3.3	Proporcionalidade	
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i>	182
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	Relação entre meio e fim	184
3.6.3.3.2.2	Fins internos e fins externos	185
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	Adequação	187
3.6.3.3.3.2	Necessidade	192
3.6.3.3.3.3	Proporcionalidade em sentido estrito	195
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i>	196
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i>	198
4.	CONCLUSÕES	203
	BIBLIOGRAFIA	207